



CONCORRÊNCIA NACIONAL

CADERNO DE BASES E CONDIÇÕES

NF 2182-22

**SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL,
PROMOCIONAL E LEGAL**

ADITAMENTO 5

DIRETORIA FINANCEIRA

ÍNDICE

PÁG. Nº

CAPÍTULO I	
INSTRUÇÕES GERAIS	1
1.1 IDIOMA.....	1
1.2 ASPECTOS JURÍDICOS	1
1.3 TRIBUTOS	1
1.4 CONSULTA, RESPOSTA E ADITAMENTO	1
1.5 DILIGÊNCIA	2
1.6 FORMA DE COMUNICAÇÃO	2
1.7 RESTRIÇÕES.....	2
1.8 REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO	3
1.9 IMPUGNAÇÃO	3
1.10 COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE E JULGAMENTO	3
 CAPÍTULO II	
INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS	4
2.1 MODALIDADE, TIPO, REGIME DE CONTRATAÇÃO, RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E VIGÊNCIA	4
2.2 FINALIDADE E OBJETO.....	4
2.3 CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO	6
2.4 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO	7
2.5 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA	8
2.6 ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL.....	9
2.7 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL	9
2.8 RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL	10
2.9 JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES	11
2.10 SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS TÉCNICAS - INVÓLUCROS “B1 - PROPOSTA CRIATIVA NÃO IDENTIFICADA”	14
2.11 JULGAMENTO DA “PROPOSTA CRIATIVA NÃO IDENTIFICADA”	15
2.12 SESSÃO PÚBLICA DE COMUNICAÇÃO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS CRIATIVAS NÃO IDENTIFICADAS	17
2.13 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS IDENTIFICADAS - CAPACIDADE TÉCNICA	18
2.14 COMUNICAÇÃO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS.....	26
2.15 ABERTURA DA PROPOSTA COMERCIAL	26
2.16 JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS	27
2.17 RESULTADO FINAL DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL	30
2.18 RECURSO ADMINISTRATIVO.....	30
2.19 ASSINATURA DO CONTRATO	31
2.20 DEVOLUÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL	32
 CAPÍTULO III	
ANEXOS	32

CONCORRÊNCIA NACIONAL NF 2182-22

CAPÍTULO I INSTRUÇÕES GERAIS

1.1 IDIOMA

Este Caderno de Bases e Condições (CBC) é editado exclusivamente em português.

1.2 ASPECTOS JURÍDICOS

1.2.1 Natureza Jurídica da ITAIPU

A ITAIPU é entidade binacional de direito internacional público, instituída pelo Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai em 26 de abril de 1973, o qual foi aprovado no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 23, de 22 de maio de 1973 (Diário do Congresso Nacional, de 01.06.73, p. 1659) e promulgado pelo Decreto nº 72.707, de 28 de agosto de 1973 (Diário Oficial de 30.08.73, p. 8642/6), e no Paraguai pela Lei nº 389, de 13 de julho de 1973.

1.2.2 Característica da Licitação

Na forma do Tratado celebrado entre o Brasil e o Paraguai em 26/4/73, a presente licitação será regida pela Norma Geral de Licitação (NGL) da ITAIPU, aplicando-se, no que couber, a legislação brasileira.

1.2.3 Etapas deste Procedimento

O presente procedimento será realizado em três etapas: (i) julgamento da habilitação; (ii) julgamento e classificação das propostas técnicas e, após, (iii) julgamento das propostas comerciais.

1.3 TRIBUTOS

1.3.1 Os serviços objeto desta licitação **não estão afetos à isenção tributária** que ITAIPU usufrui, decorrente do Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, em 26.04.73.

1.4 CONSULTA, RESPOSTA E ADITAMENTO

1.4.1 Observado o Calendário de Eventos, Anexo I:

- a) a proponente poderá formular consulta sobre este Caderno de Bases e Condições, em meio físico ou digital, não devendo utilizar, em eventual pedido de esclarecimento, termos que possam propiciar a identificação da sua proposta perante a Comissão de Licitação e Negociação Permanente;
- b) a ITAIPU encaminhará a consulta com a sua resposta, com a garantia do sigilo daquela que solicitou o esclarecimento, a todas as proponentes. A resposta constituirá aditamento a este Caderno de Bases e Condições.

1.4.2 A ITAIPU poderá, por intermédio da Superintendência de Compras, aditar este Caderno de Bases e Condições, até a data da sessão pública inaugural, mediante publicação na imprensa ou pelos meios indicados em 1.6 deste Caderno de Bases e Condições.

1.4.3 O aditamento prevalece sempre em relação ao que foi aditado.

1.5 DILIGÊNCIA

1.5.1 Em qualquer fase do processo licitatório, a ITAIPU, por intermédio da Superintendência de Compras, poderá promover diligências para esclarecer, sanear e/ou complementar a instrução do processo.

1.5.2 Admitir-se-á que os interessados, em resposta à diligência promovida, procedam a juntada posterior de documento cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da apresentação das propostas.

1.5.3 Poderão ser objeto de saneamento os erros formais como os materiais irrelevantes, tanto em relação aos documentos para a habilitação quanto às propostas técnica e comerciais.

1.6 FORMA DE COMUNICAÇÃO

1.6.1 A comunicação entre a ITAIPU e a proponente far-se-á mediante ata, carta ou *e-mail*, com confirmação de recebimento; e, também:

1.6.1.1 A ITAIPU publicará na internet, no site www.itaipu.gov.br, as informações desta licitação até a formulação de aditamento, se houver, ficando sob a responsabilidade da proponente o acompanhamento do processo.

1.6.2 O resultado das etapas de julgamento dos documentos de habilitação, das propostas técnica e comercial e declaração de vencedor será comunicado, por intermédio da Superintendência de Compras, a todas as proponentes.

1.7 RESTRIÇÕES

1.7.1 Não poderão participar das licitações, nem contratar com a ITAIPU:

- a) pessoas físicas ou jurídicas sob regime de quebra ou de insolvência civil, ou em recuperação judicial ou extrajudicial;
- b) pessoas físicas ou jurídicas impedidas perante a ITAIPU, a ANDE ou a ENBPar, ou com restrições em outros órgãos ou entidades públicas do Brasil ou do Paraguai;
- c) pessoas físicas ou jurídicas declaradas inidôneas. Considera-se inidônea aquela pessoa física ou jurídica que tenha sofrido condenação definitiva por praticar fraude no recolhimento de tributos ou contribuições sociais, crime ambiental, ou tenha praticado ato ilícito visando frustrar objetivos de licitação promovida pela ITAIPU;
- d) pessoas jurídicas em que conselheiros, diretores, empregados da ITAIPU, assim como pessoal cedido ou requisitado, sejam proprietários, sócios ou que exerçam funções de direção, exceto entidades sem fins lucrativos;

- e) pessoas físicas ou jurídicas que tenham ou venham a obter informações privilegiadas ou vantagens capazes de prejudicar a lisura e a isonomia do processo de contratação, demonstradas a partir de motivo concreto aferido em processo interno próprio. Reputam-se informações privilegiadas, entre outras, para fins da presente alínea, aquelas obtidas de qualquer instância institucional da ITAIPU e que digam respeito a aspectos estratégicos da contratação que, não divulgados aos demais interessados, criem benefícios competitivos aos que delas dispuserem.

1.7.2 Nenhuma proponente poderá participar desta licitação com mais de uma proposta.

1.8 REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

A ITAIPU poderá revogar ou anular esta licitação, em qualquer etapa, por meio de ato formal devidamente fundamentado.

1.9 IMPUGNAÇÃO

1.9.1 Qualquer pessoa interessada é parte legítima para impugnar este Caderno de Bases e Condições, observado, sob pena de preclusão, o prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública de entrega dos envelopes contendo a documentação para habilitação, a proposta técnica e a proposta comercial.

1.9.2 A impugnação, que não terá efeito recursal, feita tempestivamente por proponente interessada não a impedirá de participar da licitação até o trânsito em julgado administrativo da decisão a ela pertinente.

1.9.3 O endereço para protocolar a impugnação consta do Calendário de Eventos, Anexo I deste Caderno de Bases e Condições.

1.10 COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE E JULGAMENTO

A decisão do julgamento dos documentos de habilitação e das propostas técnicas e comerciais é atribuição da Comissão de Licitação e Negociação Permanente (CLNP), a qual atuará em conformidade com a Norma Geral de Licitações - NGL da Entidade.

Conforme previsto no artigo 32, parágrafo 3º da Norma Geral de Licitações - NGL da Entidade, a Comissão poderá solicitar o parecer de profissionais de reconhecida capacidade técnica como apoio às suas atividades, especialmente no que diz respeito à análise e valoração das Propostas Técnicas, de acordo com os parâmetros constantes nos itens 2.5, 2.11 e 2.13 deste CBC.

CAPÍTULO II

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS

2.1 MODALIDADE, TIPO, REGIME DE CONTRATAÇÃO, RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E VIGÊNCIA

2.1.1 Modalidade: concorrência.

2.1.2 Mercado: nacional.

2.1.3 Tipo: melhor técnica.

2.1.4 Regime de contratação: preço unitário.

2.1.5 Recursos Orçamentários:

- a) os dispêndios com o contrato resultante desta licitação são estimados em R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por períodos iguais e sucessivos de 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, a critério de ITAIPU;
- b) a ITAIPU reserva-se o direito, a seu exclusivo critério, de utilizar ou não o valor total estimado.

2.2 FINALIDADE E OBJETO

2.2.1 Selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de agência de publicidade, a qual deverá desenvolver ações de divulgação destinadas a fortalecer a imagem institucional da ITAIPU, com a finalidade de dar publicidade a seus programas, ações e/ou iniciativas de interesse estratégico; e a realizar a Publicidade Legal de seus atos administrativos. Os serviços poderão ser desenvolvidos em todo o território nacional e, quando necessário no exterior, de acordo com os interesses da ITAIPU.

2.2.2 O objeto da presente licitação é a prestação de serviços de Publicidade Institucional, Promocional e Legal, compreendendo o conjunto de atividades realizadas de forma integrada e que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa, a negociação e compra de mídia e a distribuição de publicidade junto aos públicos de interesse, sempre com o intuito de atender ao princípio da Publicidade e ao direito à informação; propagar conceitos e ideias convergentes à missão da empresa e promover a imagem institucional e reputação da Entidade; divulgar editais, informes e demais veiculações com valor ou como obrigação legal; e informar do público em geral, por meio dos seguintes serviços:

- a) Serviços internos, da expertise da agência, destinados à criação de campanhas e peças publicitárias, que abrangem:
 - a1) criação de texto, *layout* e arte final de expressões de propaganda, marcas, *slogans*, logotipos, anúncios, comerciais e outros elementos de comunicação textual e visual, incluindo identidade para programas, projetos, produtos e serviços;

a2) *layout* e arte-final de peças de Publicidade Legal, como divulgação de editais, informes e demais veiculações com valor ou por obrigação legal;

a3) Elaboração de planos, estratégias ou outros serviços correlatos, destinados ao planejamento e execução de campanhas publicitárias.

- b) planejamento e supervisão de produção gráfica, eletrônica/digital e de veiculação de campanhas e peças de comunicação publicitária, de comunicação digital ou em novas mídias, bem como de materiais de divulgação voltados aos públicos de interesse e à opinião pública;
- c) planejamento e execução de pesquisas regulares de audiência, auditoria de circulação e perfis de mídia, disponíveis no mercado e necessários à prestação de serviços e ao controle dos investimentos publicitários.

2.2.3 Também integram o objeto desta licitação, como atividades complementares, o agenciamento dos serviços especializados de terceiros, nos termos do Decreto Nº 4.563/2002, atinentes a:

- a) execução técnica (produção) das peças publicitárias e outros materiais de divulgação, que são executadas por empresas terceiras mediante acompanhamento da agência, como no caso de impressões gráficas ou produções eletrônicas, e enquadradas num dos seguintes casos:

a1) Peças criadas pela própria agência, mediante demanda da ITAIPU, e sob acompanhamento da agência;

a2) Peças criadas/fornecidas pela ITAIPU à contratada, para autorização de produção.

- b) veiculação (exibição) de peças e outros materiais que serão produzidas por terceiros e **cujas veiculação não proporcione o desconto-padrão de agência, e enquadrados num dos seguintes casos:**

b1) veiculação de peças criados pela agência de publicidade para ITAIPU;

b2) veiculação de peças criadas internamente na ITAIPU ou fornecidos à agência de publicidade.

- c) contratação de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação da opinião pública, auditoria de imagem e coleta de informações mercadológicas, excluindo-se desse item as informações sobre perfis de mídias e audiência de veículos previstas na letra “c” do subitem 2.2.2;
- d) contratação de renovação do direito de autor, conexos e cachês, na reutilização de peça ou material publicitário, exclusivamente quando a sua distribuição/veiculação não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

2.2.3.1 As pesquisas e outros instrumentos de avaliação da opinião pública, auditoria de imagem e coleta de informações mercadológicas, citados na letra “d” acima, terão a finalidade de:

- a) gerar conhecimento sobre a imagem institucional, o ambiente de atuação da ITAIPU e seus públicos de interesse;

- b) aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a divulgação de mensagens, assim como dos veículos de divulgação nos quais serão difundidas as campanhas ou peças;
- c) possibilitar a mensuração dos resultados das campanhas ou peças, vedada a inclusão de matéria estranha ou sem pertinência temática com a ação publicitária.

2.2.4 Excluem-se do objeto as atividades de assessoria de comunicação, imprensa e relações públicas, de patrocínio e a realização de eventos festivos de qualquer natureza.

2.2.4.1 Não estão abrangidas no conceito de patrocínio as ações definidas pela prática do mercado publicitário como “patrocínios de mídia”. Estes últimos consistem na aquisição de cota publicitária e veiculação de mensagem em projetos ou programas promovidos por veículos de comunicação, ou em instalações, dispositivos e engenhos que funcionem como veículos de comunicação, bem como o patrocínio da transmissão de eventos esportivos, culturais ou de entretenimento, comercializados por veículo de comunicação.

2.2.5 A agência atuará por ordem e conta da ITAIPU, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 4.680/1965, na contratação de fornecedores de bens e de serviços especializados, para a execução das atividades complementares de que trata o subitem 2.2.3 desde CBC, incluindo veículos de divulgação, para a transmissão de mensagens publicitárias.

2.3 CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

2.3.1 Poderá participar desta licitação agência de propaganda estabelecida no Brasil, cujas atividades sejam disciplinadas pela Lei brasileira nº 4.680/1965, que tenha obtido certificado de qualificação técnica de funcionamento, nos termos da Lei nº 12.232/2010, e a qual deverá atender, integralmente, aos requisitos estabelecidos neste Caderno de Bases e Condições e seus anexos.

2.3.2 Nesta licitação é vedada:

- a) a participação de empresas reunidas em consórcio ou grupos, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b) a subcontratação dos serviços com outra empresa de publicidade, ressalvado o disposto no subitem 2.2.3 deste CBC.

2.3.3 A participação da proponente neste certame implica manifestação tácita de que:

- c) respeita a legislação pertinente à contratação de menores;
- d) conhece e respeita, no que lhe é aplicável, as políticas e diretrizes quanto à equidade de gênero, vigentes na ITAIPU, e que estão disponíveis no endereço www.itaipu.gov.br;
- e) não está impedida por nenhuma das condições relacionadas em 1.7 deste Caderno de Bases e Condições;
- f) observa preceitos legais e regulamentares em vigor e assume responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo;

- g) assume todos os custos de elaboração e apresentação das propostas e documentos de habilitação exigidos nesta licitação, sendo que a ITAIPU não poderá ser responsabilizada, em nenhum caso, pelos custos decorrentes, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;
- h) concorda que os estudos, informação, planos e ideias constantes em sua proposta constituem demonstrações de capacidade técnica, e que os mesmos, por tornarem-se públicos, não inferem nenhuma obrigatoriedade ou veto quanto a sua utilização, atual ou futura, pela ITAIPU, independente da condução ou resultado do processo licitatório.

2.4 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO

2.4.1 A proponente deverá elaborar a documentação para a habilitação conforme estabelecido no Anexo II deste Caderno de Bases e Condições, apresentando-a concomitantemente com as demais propostas, e atendendo aos seguintes requisitos:

- a) em 2 (duas) vias, sendo que:
 - uma, constituída de originais ou de recortes de publicações oficiais ou de cópias autenticadas, com exceção do CRC que, por ser documento emitido por ITAIPU, poderá ser apresentado somente em cópia simples;
 - a outra via, sendo cópia fiel, não necessitam de autenticação;
- b) todas as folhas, de cada uma das vias, numeradas sequencialmente e rubricadas;
- c) em invólucro fechado e indevassável, sem timbre, contendo na sua parte externa a seguinte identificação:

INVÓLUCRO "A"
DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA NACIONAL NF 2182-22

PROPONENTE: _____

ENDEREÇO: _____

FONE: _____

2.4.2 Havendo necessidade de utilizar mais de um invólucro, deverá ser obedecida a seguinte designação alfanumérica: Invólucro A-1, A-2 ...

2.4.3 Em nenhuma hipótese serão autenticadas pela Comissão de Recepção da ITAIPU fotocópias ou quaisquer outras reproduções de documentos, ainda que exibidas pela proponente as respectivas vias originais.

2.4.4 Na hipótese de a proponente ter filial, todos os documentos para a habilitação deverão estar ou em nome da matriz ou da filial, dependendo de qual delas for a proponente,

salvo aqueles documentos que, por sua natureza, devem ser necessariamente emitidos em nome da matriz.

2.5 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

2.5.1 A proponente deverá elaborar Proposta Técnica conforme estabelecido no Anexo III deste Caderno de Bases e Condições, e apresentá-la concomitantemente com a documentação para a habilitação e a proposta comercial, atendendo aos seguintes requisitos:

a) em dois invólucros, cada qual contendo 2 (duas) vias originais, sendo:

- Invólucro **B1**, contendo a “Proposta Criativa Não Identificada”;
- Invólucro **B2**, contendo a “Proposta Criativa Identificada e Capacidade Técnica”;

b) o invólucro **B2** deverá:

- conter todas as folhas de cada uma das vias numeradas sequencialmente e rubricadas;
- ser apresentado fechado e indevassável, contendo na sua parte externa a seguinte identificação:

INVÓLUCRO "B2"
PROPOSTA CRIATIVA IDENTIFICADA E
CAPACIDADE TÉCNICA

CONCORRÊNCIA NACIONAL NF 2182-22

PROPONENTE: _____

ENDEREÇO: _____

FONE: _____

2.5.2 Para preservar o sigilo quanto à autoria da Proposta Criativa até a abertura do invólucro **B2**, o Invólucro **B1** deverá seguir as especificações constantes no Anexo III - Requisitos para Elaboração da Proposta Técnica, e **não poderá**:

- a) ter nenhuma identificação;
- b) apresentar informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da proponente, **sendo entregue indevassável e fechado mediante cola em sua aba**;
- c) estar danificado ou deformado pelas peças, pelos materiais e demais documentos nele acondicionados, de modo a possibilitar a identificação da proponente.

2.5.2.1 O invólucro **B1** destinado ao acondicionamento da “Proposta Criativa Não Identificada” **será padronizado e fornecido previamente por ITAIPU**. A proponente deverá

comparecer no endereço e prazo indicados no Anexo I, Calendário de Eventos da Licitação, para retirar o material padronizado.

2.5.3 O invólucro B2, além do conteúdo referente aos Quesitos descritos no item 2.13 deste CBC, deverá conter em repetição o mesmo conteúdo do invólucro B1, de modo tal que possibilite a identificação do autor do B1 somente quando da abertura do invólucro B2. Esse invólucro deverá ser providenciado pela própria proponente e poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável quanto às informações de que trata, até sua abertura. Dispensa-se, todavia, a repetição no invólucro B2 da apresentação dos exemplos de peças referentes à ideia criativa, já apresentadas no B1.

2.6 ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

2.6.1 A proposta comercial deverá ser elaborada de acordo com o modelo do Anexo V, Planilha de Preços Sujeitos a Valoração.

2.6.1.1 A Proposta Comercial deverá atender, ainda, os seguintes requisitos:

- a) com prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data estabelecida para a sua entrega. Na hipótese de apresentação de proposta sem o prazo de validade definido, interpretar-se-á como sendo válida por cento e oitenta dias corridos contados da data da sua entrega;
- b) ser redigida em português, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente;
- c) não deverá conter emenda, entrelinha, rasura, borrão, observação nem condicionante.

2.6.2 Na cotação, a proponente deverá considerar:

- a) que o valor total estimado para dispêndios com os serviços objeto desta licitação é de R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), pelo período de 12 (doze) meses, aditáveis por períodos iguais e sucessivos de 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, a critério de ITAIPU;
- b) o direito de a ITAIPU utilizar ou não o valor total estimado, conforme estabelecido em 2.1.5 letras “a” e “b”;
- c) a forma de pagamento e o prazo de vigência da contratação, nos termos da Minuta de Contrato, Anexo VII;
- d) os tributos que incidem na realização dos serviços;
- e) todos os custos, de qualquer natureza, que possam vir a incorrer para a prestação dos serviços.

2.6.3 Não será aceita proposta comercial alternativa.

2.6.4 A data-base contratual corresponderá à data estabelecida para a entrega da proposta comercial.

2.7 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

2.7.1 A proposta comercial deverá ser apresentada atendendo aos seguintes requisitos:

- a) em 2 (duas) vias, uma original e a outra poderá ser cópia ou original;
- b) todas as folhas de cada uma das vias deverão ser numeradas sequencialmente, assinada a última e rubricadas as demais;
- c) em invólucro fechado e indevassável, contendo na sua parte externa a seguinte identificação:

INVÓLUCRO "C"
PROPOSTA COMERCIAL

CONCORRÊNCIA NACIONAL NF 2182-22

PROPONENTE: _____

ENDEREÇO: _____

FONE: _____

2.7.2 Havendo necessidade de utilizar mais de um invólucro, deverá ser obedecida a seguinte designação alfanumérica: Invólucro C-1, C-2 ...

2.8 RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL

2.8.1 Os invólucros "A", "B1", "B2" e "C" somente serão recebidos pela Comissão de Recepção da ITAIPU na sessão pública a ser realizada para esse fim, na data, horário e local estabelecidos no Calendário de Eventos, Anexo I deste Caderno de Bases e Condições.

2.8.1.1 Após o prazo fixado no Calendário de Eventos não se aceitará a participação de retardatária, a não ser como ouvinte.

2.8.1.2 No sentido de manter o sigilo quanto à identificação da proponente do invólucro B1, que contém a "**Proposta Criativa Não Identificada**", nenhum integrante da Comissão de Licitação e Negociação Permanente (CLNP) comparecerá à sessão pública de abertura dos invólucros ou integrará a Comissão de Recepção da ITAIPU.

2.8.2 O representante da proponente deverá se apresentar na sessão pública com:

- a) documento de identidade;
- b) documento para credenciamento e intervenção no certame, mediante instrumento público ou particular de procuração, com comprovação de poderes do(s) outorgante(s) signatário(s), nos termos do 2.8.2.1.

2.8.2.1 Em se tratando de proprietário ou sócio, o representante deverá apresentar o original ou a cópia do registro comercial, do ato constitutivo, do estatuto ou do Contrato social, em prova de poder exercer direitos e contrair obrigações em nome da proponente.

2.8.2.2 A não apresentação do documento de credenciamento não implicará inabilitação da proponente, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela proponente.

2.8.3 A entrega dos invólucros implica aceitação integral, por parte da proponente, do estabelecido neste Caderno de Bases e Condições, seus anexos e aditamentos.

2.8.4 Uma vez entregues e as propostas técnica e comercial, a proponente somente poderá reavê-las mediante requerimento escrito dirigido à ITAIPU e desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela ITAIPU.

2.8.5 Na sessão a que se refere o 2.8.1, será aberto o invólucro "A". Uma das vias da documentação para habilitação será rubricada pelos representantes da ITAIPU e das proponentes presentes, consignando-se esta formalidade em ata.

2.8.6 A inobservância por parte da proponente do disposto em 2.4.1, alínea "b", no que concerne a rubricas e numeração sequencial, poderá ser suprida pela proponente nessa sessão.

2.8.7 Uma das vias da documentação será a seguir guardada em invólucro fechado e rubricado pelos representantes citados, ficando arquivada na Superintendência de Compras, consignando-se esta formalidade em ata.

2.8.8 Os invólucros "B2" e "C" serão rubricados pelos representantes da ITAIPU e das proponentes presentes, permanecendo fechados até a sessão pública a ser convocada para a sua abertura, conforme disposto no subitem 2.13 e 2.15, respectivamente.

2.8.8.1 Para preservar o sigilo quanto à autoria, o invólucro "B1" será mantido incólume e não será rubricado pelos presentes e nem pelos representantes da Comissão de Recepção de ITAIPU.

2.8.9 Ato seguido, a Comissão de Recepção da ITAIPU poderá:

- a) suspender momentaneamente a sessão pública e, neste caso, encaminhará a documentação de habilitação para análise e julgamento pela Comissão de Licitação e Negociação Permanente (CLNP), nos termos do 2.9, o que poderá ocorrer em ato reservado no mesmo recinto da sessão pública ou em outro separado, ou
- b) declarar encerrada a sessão pública de recebimento dos invólucros.

2.8.10 Em qualquer das hipóteses relacionadas em 2.8.9, à sessão pública será documentada em ata circunstanciada, assinada pelos representantes da ITAIPU e das proponentes presentes, na qual registrar-se-ão todas as ocorrências havidas.

2.9 JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES

2.9.1 A documentação para a habilitação deverá atender as exigências contidas neste Caderno de Bases e Condições, sendo que a inobservância, salvo o item 2.4.1, alínea "b", implicará inabilitação da proponente.

2.9.2 Para a habilitação econômico-financeira, além da verificação da conformidade da documentação apresentada conforme 2.4.1 proceder-se-á à aferição dos seguintes indicadores contábeis, sendo que a pontuação mínima exigida para a habilitação é igual a 2 (dois), resultante do somatório de pontos das equações das alíneas "a" dos incisos I, II, III e IV seguintes:

I - **Liquidez Corrente:** obtida por meio da seguinte fórmula:

$$X = \frac{AC}{PC}$$

a) para este indicador a pontuação máxima atribuída é de 3 (três), calculada por meio da seguinte equação:

$$Y = 4X - 3$$

b) se o denominador for igual a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 3 (três);

c) se “Y” resultar negativo, a pontuação atribuída será igual a 0 (zero);

d) se o numerador e o denominador forem iguais a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 0 (zero).

II - **Liquidez Geral:** obtida por meio da seguinte fórmula:

$$X = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

a) para este indicador a pontuação máxima atribuída é de 2 (dois), calculada por meio da seguinte equação:

$$Y = 4X - 2$$

b) se o denominador for igual a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 2 (dois);

c) se “Y” resultar negativo, a pontuação será igual a 0 (zero);

d) se o numerador e o denominador forem iguais a 0 (zero), a pontuação será igual a 0 (zero).

III - **Endividamento do Patrimônio Líquido:** obtido por meio da seguinte fórmula:

$$X = \frac{ET}{PL}$$

a) para este indicador a pontuação máxima atribuída é de 3 (três), calculada por meio da seguinte equação:

$$Y = -4X + 7$$

b) se o numerador for igual a 0 (zero) e o denominador for positivo, a pontuação atribuída será igual a 3 (três);

c) se “Y” resultar negativo, a pontuação atribuída será igual a 0 (zero).

d) se “X” resultar negativo ou o denominador for igual a 0 (zero), a pontuação a ser atribuída será igual a 0 (zero).

IV - Autofinanciamento do Ativo Permanente: obtido por meio da seguinte fórmula:

$$X = \frac{PL}{AP}$$

a) para este indicador a pontuação máxima atribuída é de 2 (dois), calculada por meio da seguinte equação:

$$Y = 4X - 2$$

b) se o numerador for positivo e o denominador for igual a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 2 (dois);

c) se "Y" resultar negativo, a pontuação atribuída será igual a 0 (zero);

d) se o numerador e o denominador forem iguais a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 0 (zero).

2.9.2.1 A nomenclatura das fórmulas e equações anteriormente citadas é a seguinte:

AC	=	Ativo Circulante
PC	=	Passivo Circulante
RLP	=	Realizável a Longo Prazo
ELP	=	Exigível a Longo Prazo
ET	=	Exigível Total
PL	=	Patrimônio Líquido
AP	=	Ativo Permanente
X	=	Indicador Encontrado
Y	=	Pontuação

2.9.3 Além da verificação da conformidade da documentação apresentada e da aferição dos indicadores contábeis, a proponente deverá comprovar possuir Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

2.9.3.1 A comprovação de PL mínimo dar-se-á por meio do Balanço Patrimonial apresentado pela proponente, conforme exigido na Documentação para a Habilitação, Anexo II deste Caderno de Bases e Condições.

2.9.4 Ocorrendo a inabilitação de todas as proponentes, é facultado à ITAIPU solicitar a apresentação de nova documentação, escoimadas as causas que implicaram inabilitação. O prazo para a apresentação, atendidos os requisitos exigidos em 2.4.1, é de 8 (oito) dias úteis contados da data da solicitação.

2.9.5 A Comissão de Licitação e Negociação Permanente (CLNP), concluídos os trabalhos de verificação da conformidade da documentação para a habilitação, consignará em ata o resultado do julgamento e o encaminhará para divulgação na continuidade da sessão pública referida em 2.8.9, alínea "a" ou, conforme o caso, posteriormente, mediante comunicação nos termos do subitem 1.6 do Caderno de Bases e Condições.

2.9.6 Na hipótese de divulgação desse resultado na continuidade da sessão pública referida em 2.8.9, a Comissão de Recepção, após declarar reaberta a sessão, prosseguirá com a leitura

do resultado do julgamento da fase de habilitação, e propondo, em seguida às proponentes, renunciarem ao prazo de interpor recurso administrativo.

2.9.6.1 Havendo a renúncia expressa ao prazo de interpor recurso administrativo por parte de todas as proponentes, a Comissão de Recepção formalizará o ocorrido em ata e:

- a) coletará a assinatura de seus respectivos representantes;
- b) abrirá, na mesma sessão pública, os invólucros “B1”, contendo a “**Proposta Criativa Não Identificada**” das proponentes habilitadas, procedendo-se, a seguir, conforme disposto em 2.10.

2.9.6.2 Não havendo a renúncia ao prazo de interpor recurso administrativo por qualquer das proponentes, consignar-se-á em ata o ocorrido seguindo-se com a coleta das assinaturas de seus representantes presentes, dando-se por encerrada a sessão pública, abrindo-se o prazo para a interposição de recurso. Oportunamente a Superintendência de Compras convocará nova sessão pública para a abertura dos invólucros “B1”.

2.9.6.3 A autoridade competente para deliberar sobre recurso(s) administrativo(s) impetrados na etapa de habilitação será do Diretor Financeiro Executivo e do Diretor Financeiro, conjuntamente.

2.9.7 Com a divulgação do resultado da fase de habilitação e não havendo recursos, ou em havendo, após seu processamento conforme disposto em 2.18, encerra-se a fase de habilitação.

2.9.8 A inabilitação de proponente implica preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes de julgamento das propostas técnicas e comerciais.

2.9.9 Havendo superveniência de fato impeditivo da habilitação, fica a proponente obrigada a declará-lo sob as penalidades legais cabíveis.

2.10 SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS TÉCNICAS - INVÓLUCROS “B1 - PROPOSTA CRIATIVA NÃO IDENTIFICADA”

2.10.1 A Comissão de Recepção da ITAIPU abrirá, em sessão pública os invólucros “B1”, contendo as “**Propostas Criativas Não Identificadas**”, inclusive das proponentes inabilitadas, ante a impossibilidade de identificação da autoria do invólucro “B1”, e assim procederá:

- a) coletará, em uma das vias, as rubricas dos representantes presentes;
- b) guardará a via rubricada, de cada proposta, em invólucros distintos, cujos fechos serão novamente rubricados pelos representantes presentes;
- c) entregará a via aberta da “Proposta Criativa Não Identificada” à Comissão de Licitação e Negociação Específica, com zelo tal que permaneçam não identificadas quanto à sua autoria.

2.10.2 Os invólucros “B2”, identificados, permanecerão guardados, ainda indevassados, na Superintendência de Compras.

2.10.3 A sessão pública será documentada em ata circunstanciada, assinada pelos representantes da ITAIPU e das proponentes presentes, na qual registrar-se-ão todas as ocorrências havidas.

2.11 JULGAMENTO DA “PROPOSTA CRIATIVA NÃO IDENTIFICADA”

2.11.1 A “Proposta Criativa Não Identificada” deverá atender as exigências contidas neste Caderno de Bases e Condições e o formato estabelecido no Anexo III, sendo que a inobservância implicará desclassificação.

2.11.2 Serão levados em conta, como critérios de julgamento técnico nos Quesitos (indicados pelos numerais romanos), os seguintes atributos em cada um dos subquesitos abaixo (indicados pelas letras em cada um dos Quesito):

I - Raciocínio Básico:

Raciocínio estratégico, sob a forma de texto dissertativo, acerca da problemática exposta no Anexo VI - *Briefing*, demonstrando:

- a) Acuidade na análise das características e especificidades da ITAIPU e do seu papel no contexto no qual se insere;
- b) Pertinência no diagnóstico relativo às necessidades de comunicação publicitária identificadas;
- c) Assertividade na compreensão do desafio e dos objetivos de comunicação estabelecidos no Anexo VI - *Briefing*.

II - Estratégia de Comunicação:

Raciocínio estratégico, sob a forma de texto dissertativo, no qual a agência defenderá as linhas gerais da proposta de estratégia de comunicação publicitária, demonstrando:

- a) a adequação do partido temático e do conceito à natureza e às atividades da ITAIPU, bem como ao desafio e aos objetivos de comunicação;
- b) a consistência da argumentação em defesa do partido temático e do conceito;
- c) as possibilidades de interpretações positivas do conceito para a comunicação publicitária da ITAIPU com seus públicos;
- d) a consistência técnica dos pontos centrais da Estratégia de Comunicação Publicitária proposta;
- e) a capacidade da licitante de articular os conhecimentos sobre ITAIPU, o desafio e os objetivos de comunicação estabelecidos no *Briefing*;
- f) a exequibilidade da Estratégia de Comunicação Publicitária, considerada a verba referencial.

III - Ideia Criativa:

Apresentação de leiautes e roteiros das propostas de materiais gráficos e eletrônicos, nos quais a agência deverá materializar as soluções criativas em conformidade com o Raciocínio Básico e Estratégia de Comunicação Publicitária propostos, e que devem demonstrar:

- a) o alinhamento da campanha com a Estratégia de Comunicação Publicitária;

- b) a pertinência da solução criativa com a natureza da ITAIPU, com o desafio e com os objetivos de comunicação estabelecidos no Briefing;
- c) a adequação das peças publicitárias ao perfil dos segmentos de público-alvo;
- d) a compatibilidade das peças publicitárias com os meios e veículos de divulgação a que se destinam;
- e) a originalidade da solução criativa e a multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta;
- f) a clareza e precisão das mensagens e a adequação da linguagem com os públicos-alvo;
- g) a exequibilidade das peças e de todos os elementos propostos, com base na verba referencial para investimento.

IV Estratégia de Mídia e Não Mídia:

Apresentação e defesa das soluções de mídia e não mídia recomendadas, em consonância com a Estratégia de Comunicação Publicitária proposta, e que deve demonstrar:

- a) a adequação da Estratégia de Mídia e Não Mídia com as características da ação publicitária, com a verba referencial para investimento e com o desafio e os objetivos de comunicação estabelecidos no Briefing;
- b) a consistência técnica demonstrada na proposição e defesa da estratégia, da tática e do plano de mídia;
- c) a consistência do conhecimento dos hábitos de consumo de comunicação dos segmentos de públicos-alvo da campanha publicitária;
- d) a adequação da proposta no uso dos recursos próprios de comunicação da ITAIPU e seu alinhamento com a Estratégia de Mídia e Não Mídia;
- e) o grau de eficiência e a economicidade na utilização da verba referencial para investimento, demonstrados na simulação dos parâmetros de cobertura e frequência.

2.11.3 A pontuação integral da Proposta Técnica Não-Identificada está limitada a 60 (SESSENTA) pontos e será apurada segundo a metodologia a seguir:

- a) Para cada subquesto (indicado acima por letras), será realizado um exame comparativo entre as propostas apresentadas pelas licitantes e a gradação das notas atribuídas refletirá o maior ou menor grau de adequação de cada proposta aos critérios de julgamento técnico;
- b) As notas serão atribuídas entre 0 (zero) e 10 (dez), admitindo-se o uso de 1 (uma) casa decimal.
Com intuito de reduzir a subjetividade e normalizar a concessão dos conceitos numéricos às avaliações técnicas, definem-se 4 (quatro) níveis de atribuição por conceitos, aos quais estarão vinculadas as proposições de notas e respectivas justificativas aos subquestos:

NÍVEL 1 - ATENDE COM DESTAQUE: notas entre 9,0 (nove vírgula um) e 10 (dez).

NÍVEL 2- ATENDE SATISFATORIAMENTE: notas entre 8,0 (oito vírgula zero) e 8,9 (oito vírgula nove).

NÍVEL 3 - ATENDE PARCIALMENTE/COM DEFICIÊNCIAS: notas entre 7,0 (sete) e 7,9 (sete vírgula nove).

NÍVEL 4 - NÃO ATENDE: notas entre 0 (zero) e 6,9 (seis vírgula nove décimos).

- c) Após a atribuição das notas aos subquesitos (indicados pelas letras dos Quesitos), procede-se a média e respectiva atribuição aos Quesitos (indicados pelos numerais romanos), aos quais serão aplicados os seguintes pesos, que poderão resultar nas pontuações máximas conforme tabela a seguir:

QUESITOS		Peso	PONTUAÇÃO MÁXIMA
	I. Raciocínio Básico	1	10 (dez) pontos
	II. Estratégia de Comunicação Publicitária	2	20 (vinte) pontos
	III. Ideia Criativa	2	20 (vinte) pontos
	IV. Estratégia de Mídia e Não Mídia	1	10 (dez) pontos
PONTUAÇÃO TOTAL - B1 - Proposta Técnica Não Identificada		6	60 (sessenta) pontos

2.11.4 A Comissão de Licitação e Negociação Permanente (CLNP) poderá solicitar análise de profissionais especializados e elaboração de relatório fundamentado, com proposição de notas aos subquesitos e justificativas quanto aos níveis de atendimento das propostas, obtendo-se a anuência ou discordância dos integrantes da CLNP quanto às notas propostas, observados os seguintes procedimentos:

- a) a pontuação final de cada Proposta Criativa Não Identificada corresponderá à soma das pontuações descritas na tabela acima, aplicados os pesos aos Quesitos;
- b) em caso de divergências (avaliações não consensuais) entre os integrantes da Comissão de Licitação e Negociação Permanente (CLNP) quanto ao valor final do Quesito, o valor do Quesito divergente será atribuído pela média das avaliações dos integrantes da Comissão de Licitação e Negociação Permanente (CLNP); caso a diferença entre a maior e a menor avaliação seja superior a 20% (vinte por cento) do valor total do Quesito, serão reavaliadas as notas de todos os respectivos subquesitos, a fim de obter nova média ou consenso entre os avaliadores naquele Quesito, objetivando restabelecer o equilíbrio das avaliações, em conformidade com os critérios objetivos previstos neste CBC.

2.11.5 Na ata de julgamento dos integrantes da Comissão de Licitação e Negociação Permanente (CLNP) constará, como anexo, o relatório consolidado de análise e as pontuações finais dos Quesitos, após a atribuição consensual, ou aplicação das médias, ou reavaliações previstas na letra “b” do item anterior.

2.12 SESSÃO PÚBLICA DE COMUNICAÇÃO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS CRIATIVAS NÃO IDENTIFICADAS

2.12.1 Oportunamente a Superintendência de Compras convocará nova sessão pública, na forma do estabelecido no subitem 1.6 deste Caderno de Bases e Condições, que será conduzida pela Comissão de Recepção, para comunicar o resultado do julgamento das propostas “Criativas Não Identificadas”.

2.12.2 Nesta mesma sessão, serão abertos os invólucros “B2” - Propostas Técnicas Identificadas, somente das proponentes habilitadas, comparando-se então seus conteúdos aos do invólucro “B1” para a identificação das proponentes, assim procedendo a Comissão de Recepção:

- a) coletará, em uma das vias, as rubricas dos representantes presentes;
- b) guardará a via rubricada, de cada proposta, em invólucros distintos, cujos fechos serão novamente rubricados pelos representantes presentes;
- c) entregará as duas vias abertas da “Proposta Técnica Identificada” à Comissão de Licitação e Negociação Permanente (CLNP);
- d) manterá sob arquivo na Superintendência de Compras as propostas “Criativas Não Identificadas” das proponentes inabilitadas e que por conseguinte não foram identificadas quanto à sua autoria.

2.12.3 A sessão pública será documentada em ata circunstanciada, assinada pelos representantes da ITAIPU e das proponentes presentes, na qual registrar-se-ão todas as ocorrências havidas.

2.12.4 O recurso administrativo contra o julgamento da “Proposta Criativa Não Identificada” somente poderá ser oferecido depois de concluída a fase de julgamento das propostas comerciais.

2.13 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS IDENTIFICADAS - CAPACIDADE TÉCNICA

2.13.1 A proposta técnica deverá atender as exigências contidas neste Caderno de Bases e Condições, assim como no Anexo III - Requisitos para Elaboração da Proposta Técnica.

2.13.2 Serão levados em conta, como critérios de julgamento técnico, os seguintes atributos em cada um dos subquesitos abaixo, descritos pelas letras, e que compõe a avaliação dos Quesitos abaixo, indicados pelos numerais romanos:

V - Capacidade de Atendimento:

Apresentação de declarações de 5 (cinco) clientes, atuais ou pretéritos, atestando os serviços prestados, o tempo de atendimento pela agência, o porte do cliente declarante em investimentos publicitários e o tempo de atuação do cliente declarante no mercado; deve ser subscrito por representante do cliente, devidamente identificado por sua função na empresa, e conter o número de CNPJ da atestante.

- a) o porte e a tradição dos clientes, como anunciantes publicitários, e o período de atendimento a cada um;

Critérios objetivos, de natureza declaratória:

a1) Porte (em milhões de reais): investimento anual em publicidade declarado pelo atestante (realizado em publicidade no exercício atual, no exercício

imediatamente anterior, ou peça média dos últimos (cinco) anos), representando 1 (um) ponto a cada milhão de reais investidos, sem frações, até o máximo de 10 (dez) milhões de reais ou mais anuais (nota 10); e integralizado pela média das notas individuais dos cinco atestados exigidos.

a1) *Tradição dos Clientes (em anos de existência):* número de anos em que a declarante atua no mercado publicitário, representando 1,0 (um) ponto na nota a cada ano completo declarado, sem frações, até o máximo de 10 (dez) anos ou mais (nota 10); e integralizado pela média das notas individuais dos cinco atestados exigidos.

a3) *Período/tempo de atendimento (em anos completos):* número de anos em que a proponente atendeu ao declarante, representando 1,0 (um) ponto na nota a cada ano completo de atendimento pela proponente, sem frações, até o máximo de 10 (dez) anos ou mais (nota 10); e integralizado pela média das notas individuais dos cinco atestados exigidos.

A nota final do subquesto “a” será integralizada pela média das notas atribuídas aos critérios objetivos acima definidos (a1, a2 e a3) para cada cliente, e tomada a média entre os cinco clientes exigidos.

b) a experiência dos profissionais apresentados pela licitante em atividades publicitárias e a adequação das quantificações e qualificações desses profissionais às necessidades de comunicação publicitária da ITAIPU.

Critérios objetivos, de natureza declaratória e comprobatória:

A proponente deverá apresentar, obrigatoriamente, todos os seguintes profissionais que se dispõe a estar à disposição da ITAIPU; isso, por meio de declaração individual e endossada mediante a assinatura dos mesmos; deve também anexar cópia simples e legível da documentação auxiliar comprobatória de cada profissional, de forma que permita a análise dos critérios:

b1) 01 (um) Diretor Geral: possuir formação acadêmica e experiência comprovada de, no mínimo, 02 (dois) anos, em gestão de equipes;

b2) 01 (um) Diretor de Atendimento: possuir formação acadêmica e experiência comprovada, de, no mínimo, 02 (dois) anos, na função de Diretor de Atendimento;

b3) 01 (um) Profissional de Atendimento: possuir formação acadêmica e experiência comprovada de, no mínimo, 02 (dois) anos em atendimento de publicidade;

b5) 01 (um) Profissional de Planejamento e Pesquisa: possuir formação acadêmica e experiência comprovada de, no mínimo, 02 (dois) anos, em planejamento de comunicação e marketing;

b6) 01 (um) Diretor de Criação: possuir formação acadêmica experiência comprovada de, no mínimo, 02 (dois) anos, na direção de criação publicitária;

b7) 01 (um) Profissional de Criação - Redator Publicitário: possuir formação acadêmica e experiência comprovada de, no mínimo, 02 (dois) anos, na criação/redação publicitária;

b8) 01 (um) Profissional de Criação - Direção de Arte: possuir formação acadêmica e experiência comprovada de, no mínimo, 02 (dois) anos na criação/direção de arte ou arte-final;

b9) 01 (um) Profissional de Produção (impressa, eletrônica, digital ou de design/computação gráfica): possuir formação acadêmica e experiência comprovada de, no mínimo, 02 (dois) anos em produção;

b10) 01 (um) Diretor de Mídia: possuir formação acadêmica e experiência comprovada de, no mínimo, 02 (dois) anos, em planejamento e execução de mídia.

Com base na documentação apresentada, cada um desses profissionais será valorado em 1 (um) ponto por ano de experiência na função, até a nota máxima 10 (dez) - dez anos ou mais.

O tempo de experiência de cada profissional deverá ser comprovado anexando-se fotocópia simples do primeiro registro em Carteira de Trabalho em atividade compatível com a função declarada, ou de quaisquer outros instrumentos que comprovem o mais antigo registro de exercício de função declarada, tais como contratos de prestação de serviços celebrados entre pessoas físicas, pessoas físicas e jurídicas ou mesmo entre pessoas jurídicas. Neste último caso, deve restar comprovado também o vínculo do profissional declarante, seja por participação societária ou instrumento de subcontratação (no caso de freelancers) com a pessoa jurídica subcontratada.

A formação acadêmica, sempre em nível superior ou de pós-graduação, deverá ser comprovada por diplomas ou certificados de conclusão de curso reconhecido pelo MEC, mediante chancela.

Caso a proponente deixe de apresentar qualquer indicação às funções estabelecidas, a proposta será desclassificada.

Caso a proponente apresente mais indicações do que as solicitadas, a proposta será desclassificada.

Caso algum dos profissionais indicados não cumpra nenhum dos dois requisitos mínimos exigidos, seja o de formação acadêmica ou de tempo mínimo de 2 (dois) anos de experiência na função, sua indicação será inválida; e a proposta será desclassificada.

Caso algum dos profissionais indicados não cumpra ou comprove apenas um dos dois requisitos mínimos exigidos, seja o de formação acadêmica ou de tempo mínimo de 2 (dois) anos de experiência na função, sua indicação ainda será válida; porém, sua nota será 0 (zero) para fins de consolidação na nota final do quesito.

A nota final do subquesto “b” será integralizada pela média das notas dos profissionais apresentados (b1 a b9).

c) a adequação da infraestrutura e das instalações que estarão à disposição do ANUNCIANTE na execução do contrato;

c1) Equipamentos de informática: declarar disponibilidade e relacionar equipamentos compatíveis com as atividades a serem desempenhadas a serviço da ITAIPU:

Critérios objetivos, de natureza declaratória:

Considera-se declaração compatível com as atividades a serem desenvolvidas:

- 10 (dez) computadores desktop ou notebook, nas plataformas IBM-PC ou MacIntosh; 1 (um) ponto por equipamento, até a nota máxima de 10 (dez);

- No mínimo 1 (uma) impressora jato de tinta ou laser, formato A3; nota 10 (dez) ao cumprimento do quantitativo mínimo.
- No mínimo 1 (um) scanner de mesa; nota 10 (dez) ao cumprimento do quantitativo mínimo.
- No mínimo 1 (um) equipamento fotográfico (câmera digital) compatível com as atividades a serem desenvolvidas, principalmente de registro e checking de mídia; nota 10 (dez) ao cumprimento do quantitativo mínimo.

c2) Softwares: declarar disponibilidade e posse de licença válida de programas adequados ao objeto da licitação.

Critérios objetivos, de natureza declaratória:

Considera-se declaração compatível com as atividades a serem desenvolvidas:

- declarar 10 (dez) licenças de sistemas operacionais, respectivamente compatível com um dos dez computadores elencados na letra c1; 1 (um) ponto por licença, até a nota máxima de 10 (dez);
- declarar no mínimo 5 (cinco) softwares/licenças de programas de programas de pacotes Office (Exemplo: Microsoft 365, Office Mac, OpenOffice, LibreOffice ou similares), compatíveis com computadores elencados na letra c1; 2 (dois) pontos por licença, até a nota máxima de 10 (dez);
- declarar no mínimo 5 (cinco) softwares/licenças de programas de edição gráfica e de imagens (Exemplo: Adobe Creative Cloud Desktop, CorelDRAW Graphics Suite, programas avulsos como InkScape, Gimp, Blender ou similares), que sejam compatíveis com computadores elencados na letra c1;

Não é obrigatória a apresentação de números seriais ou chaves dos softwares; porém, é facultada à Comissão de Licitação, em qualquer fase desta concorrência, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, conforme item 1.5 deste CBC.

c3) Instalações físicas: declarar a disponibilidade de sede com capacidade para abrigar equipe própria e que possibilite a realização de reuniões ou outras atividades que se façam necessárias no atendimento à ITAIPU.

Critérios objetivos, de natureza declaratória:

Considera-se declaração de instalações físicas compatíveis com a prestação de serviços e passível de realização de reuniões e outras atividades, no mínimo:

- Sede com, no mínimo, 20 (vinte) m2 de área total, indicando endereço; e
- Disponibilidade de espaço destinado exclusivamente a reuniões presenciais (sala de reuniões ou sala de decisões);

Cumprimento dos itens acima: nota integral - 10 (dez) pontos.

Descumprimento parcial ou integral de qualquer dos itens acima: nota 0 (zero)

c4) Recursos de telecomunicações: declarar disponibilidade de recursos adequados para comunicação com ITAIPU, de telefonia e comunicação digital, relacionando-os.

Critérios objetivos, de natureza declaratória:

Considera-se declaração de recursos de telecomunicações compatíveis com a prestação de serviços os seguintes itens:

- recursos de telefonia fixa (central telefônica fixa e no mínimo 10 (dez) ramais para uso corporativo dos profissionais indicados;
- recursos de telefonia móvel (celulares) para uso corporativo dos profissionais indicados - no mínimo 10 (dez);
- Domínio e endereço digital próprio (site na Internet), com no mínimo 10 (dez) e-mails corporativos para uso dos profissionais indicados;
- ferramentas digital de compartilhamento de arquivos (disco virtual, cloud, ftp ou similar);
- equipamentos e recursos para videoconferência, como webcam e softwares para realização de reuniões à distância.

Cumprimento integral de todos os itens: nota 10 (dez).

Descumprimento parcial ou integral de itens: menos 2 (dois) pontos por item não atendido ou declarado.

A nota final do subquesto “c” será integralizada pela média das notas dos critérios objetivos estabelecidos (“c1” a “c4”).

d) a funcionalidade do relacionamento operacional entre ITAIPU e a licitante, mediante declaração das seguintes disponibilidades:

d1) Periodicidade de reuniões operacionais (pauta e briefing) que a proponente se declara apta a realizar, caso seja instada pela ITAIPU.

Critério objetivo, de natureza declaratória:

Pontuação: nota máxima 10 (dez), para reuniões diárias; ou 2 (dois) pontos na nota por dia útil de disponibilidade (até 5 reuniões em 5 dias úteis na semana).

d2) Periodicidade da emissão de relatórios de produção e mídia (checking) que a proponente se declara apta a fornecer, caso seja instada pela ITAIPU, a cada semana:

Critério objetivo, de natureza declaratória:

Pontuação: nota máxima 10 (dez), para emissões diárias; ou 2 (dois) pontos na nota por dia útil de disponibilidade para emissão de relatórios (até 5 relatórios em dias úteis na semana).

d3) Periodicidade da emissão de relatórios financeiros que a proponente se declara apta a fornecer, caso seja instada pela ITAIPU, a cada semana.

Critério objetivo, de natureza declaratória:

Pontuação: nota máxima 10 (dez), para emissões diárias; ou 2 (dois) pontos por dia útil de disponibilidade (até 5 dias úteis na semana).

A nota final do subquesto “d” será integralizada pela média das notas dos critérios objetivos estabelecidos (“d1” a “d3”).

e) a relevância e utilidade das informações e recursos técnicos de mídia que a licitante colocará regularmente à disposição de ITAIPU.

Critério objetivo, de natureza declaratória e comprobatória:

Declaração de disponibilidade e comprovação (mediante notas fiscais ou declarações dos institutos de pesquisa) sobre aquisição de instrumentos de pesquisas de Audiência, Investimentos ou Hábitos em 5 (cinco) das oito seguintes categorias de mídias: TV ABERTA, TV PAGA, RÁDIO, JORNAL, REVISTA, DIGITAL (INTERNET), CINEMA E PUBLICIDADE EXTERIOR;

Pontuação: 2 (dois) pontos na nota em cada uma das 5 categorias, totalizando a nota máxima 10 (dez).

Descumprimento total ou apresentação excedente às 5 (cinco) categorias solicitadas: nota 0 (zero).

VI Repertório:

Apresentação de até 10 (dez) peças concebidas e veiculadas pela agência, **cada uma delas incluindo no máximo uma página simples A4 com texto de apresentação**, explicitando a definição do problema do cliente, conceito criativo aplicado como solução e os resultados obtidos. No máximo 5 (cinco) dessas peças podem fazer parte de uma mesma campanha publicitária; e devem ser distribuídas em:

- a) 2 (dois) exemplos de mídia impressa (jornal ou revista);
- b) 2 (dois) exemplos de comercial de televisão (roteiro ou execução final);
- c) 2 (dois) exemplos de *spot* ou *jingle* de rádio (roteiro ou execução final);
- d) 2 (dois) de mídia externa (*outdoor*);
- e) 2 (dois) exemplos de peças *online* (internet ou mídias sociais).

A pontuação será obtida pela média das notas entre as peças avaliadas, a serem valoradas conforme os seguintes critérios:

- a) Adequação do conceito criativo ao problema apresentado;
- b) Qualidade da execução e acabamento das peças e/ou materiais;
- c) Abrangência e clareza da exposição das informações nas peças;
- d) Integração entre conteúdo e forma nas mensagens elaboradas;
- e) Impacto das mensagens publicitárias propostas.

Com intuito de preservar a isenção de julgamento e igualdade de condições às proponentes, será desconsiderada a apresentação de casos precedentes referentes à ITAIPU ou às suas Fundações, assim como para ações nas quais a Entidade tenha participação direta como promotora ou organizadora; excetuam-se os casos em que houver tão somente patrocínio ou apoio indireto, sem participação da ITAIPU na coordenação ou execução da ação.

VII Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação:

Apresentação de dois *cases*, em no máximo 5 (cinco) páginas cada, relatando soluções de problemas de comunicação, cada um deles endossado por assinatura de representante do cliente, devidamente identificado em sua função na empresa, e contendo o número de CNPJ da atestante. Para ilustrar a solução de problemas de comunicação, devem ser apresentadas no máximo 3 (três) peças de qualquer tipo (impressas ou eletrônicas) para cada relato. A pontuação será obtida pela média das notas entre os *cases* avaliados, a serem valoradas conforme os seguintes critérios:

- a) A evidência de planejamento publicitário;

- b) A coerência entre as peças apresentadas e o planejamento publicitário;
- c) A consistência das relações de causa e efeito entre a ação descrita e os resultados alcançados;
- d) A relevância dos resultados apresentados para o cliente;
- e) A concatenação lógica da exposição.

Com intuito de preservar a isenção de julgamento e igualdade de condições às proponentes, será desconsiderada a apresentação de casos precedentes referentes à ITAIPU ou às suas Fundações, assim como para ações nas quais a Entidade tenha participação direta como promotora ou organizadora; excetuam-se os casos em que houver tão somente patrocínio ou apoio indireto, sem participação da ITAIPU na coordenação ou execução da ação.

2.13.3 A pontuação da Proposta Técnica Identificada está limitada a 40 (QUARENTA) pontos na soma dos Quesitos e será apurada segundo a metodologia a seguir:

- a) Para os subquesitos (indicado acima por letras) do Quesito V - Capacidade de Atendimento, a pontuação será atribuída pela média das notas objetivas, com peso 2, ou seja, até 20 (vinte) pontos.
- b) Para os subquesitos dos Quesitos VI e VII, será realizado um exame comparativo entre as propostas apresentadas pelas licitantes e a gradação das notas atribuídas refletirá o maior ou menor grau de adequação de cada proposta aos critérios de julgamento técnico.
- c) As notas dos subquesitos serão atribuídas entre 0 (zero) e 10 (dez), admitindo-se o uso de 1 (uma) casa decimal.

Com intuito de reduzir a subjetividade e normalizar a concessão dos conceitos numéricos às avaliações técnicas, definem-se 4 (quatro) níveis de atribuição por conceitos, aos quais estarão vinculadas as proposições de notas e respectivas justificativas aos subquesitos:

NÍVEL 1 - ATENDE COM DESTAQUE: notas entre 9,0 (nove vírgula um) e 10 (dez).

NÍVEL 2- ATENDE SATISFATORIAMENTE: notas entre 8,0 (oito vírgula zero) e 8,9 (oito vírgula nove)

NÍVEL 3 - ATENDE PARCIALMENTE/COM DEFICIÊNCIAS: notas entre 7,0 (sete) e 7,9 (sete vírgula nove)

NÍVEL 4 - NÃO ATENDE: notas entre 0 (zero) e 6,9 (seis vírgula nove décimos).

- d) Após a atribuição das notas aos subquesitos (indicados pelas letras nos Quesitos), procede-se a média e respectiva aplicação aos Quesitos (indicados pelos numerais romanos), aos quais serão atribuídos os seguintes pesos, e que poderão resultar nas pontuações máximas conforme tabela a seguir:

QUESITOS		Peso	PONTUAÇÃO MÁXIMA
V.	Capacidade de Atendimento	2	20 (vinte) pontos
VI.	Repertório	1	10 (dez) pontos
VII.	Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação	1	10 (dez) pontos

PONTUAÇÃO TOTAL - B2 - Proposta Técnica Identificada	4	40 (QUARENTA) pontos
---	----------	-----------------------------

- e) A nota do quesito da Proposta Criativa Não-Identificada corresponderá aquela já atribuída conforme julgamento realizado nos termos do 2.11.3.

2.13.4 A Comissão de Licitação e Negociação Permanente (CLNP) poderá solicitar análise de profissionais especializados e elaboração de relatório fundamentado, especificamente nos itens b2) Repertório e b3) Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, com proposição de notas aos subquesitos e justificativas quanto aos níveis das propostas, obtendo-se a anuência ou discordância dos integrantes da CLNP quanto às notas propostas, observados os seguintes procedimentos:

- a) a pontuação final de cada Proposta Criativa Não Identificada corresponderá à soma das pontuações descritas na tabela acima, aplicados os pesos aos Quesitos;
- b) em caso de divergências (avaliações não consensuais) entre os integrantes da Comissão de Licitação e Negociação Permanente (CLNP) quanto ao valor final do Quesito, o valor do Quesito divergente será atribuído pela média das avaliações dos integrantes da Comissão de Licitação e Negociação Permanente (CLNP); caso a diferença entre a maior e a menor avaliação seja superior a 20% (vinte por cento) do valor total do Quesito, serão reavaliadas as notas de todos os respectivos subquesitos, a fim de obter nova média ou consenso entre os avaliadores naquele Quesito, objetivando restabelecer o equilíbrio das avaliações, em conformidade com os critérios objetivos previstos neste CBC.

2.13.4.1 Na ata de julgamento dos integrantes da Comissão de Licitação e Negociação Permanente (CLNP) constará, como anexo, o relatório consolidado de análise e as pontuações finais dos Quesitos, após a atribuição consensual ou aplicação das médias ou reavaliações previstas na letra “b” do item anterior.

I) A nota final da Proposta Técnica está limitada ao máximo de **100** pontos e será apurada segundo a metodologia a seguir:

- a) Aos Quesitos serão atribuídos, no máximo, os seguintes pontos:

Proposta Criativa Não Identificada	60
I Raciocínio Básico	10
II Estratégia de Comunicação Publicitária	20
III Ideia Criativa.....	20
IV Estratégia de Mídia e Não Mídia	10
Proposta Criativa Não Identificada- Capacidade Técnica	40
V Capacidade de Atendimento	20
VI Repertório	10
VII Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação	10

- II) A nota do quesito da Proposta Criativa Não-Identificada corresponderá aquela já atribuída conforme julgamento realizado nos termos do 2.11.3.

2.13.4.2 Serão consideradas classificadas na fase do julgamento técnico as proponentes que obtiverem pontuação igual ou superior a **80 pontos** na soma das notas dos Quesitos.

2.13.5 A ordem de classificação das propostas técnicas dar-se-á de forma decrescente.

2.13.6 Se houver empate que impossibilite a ordenação automática do quadro classificatório, será considerada melhor classificada a proponente que obtiver a maior pontuação no Quesito do 2.13.3, inciso I, letra “a”, e continuando o empate, no Quesito do 2.13.3, inciso I, letra “b”.

2.13.7 Persistindo o empate, o quadro classificatório será estabelecido por sorteio em ato público a ser agendado pela ITAIPU, e que será conduzido pela Comissão de Licitação e Negociação Permanente (CLNP), cuja data será divulgada na forma do estabelecido no subitem 1.6 deste Caderno de Bases e Condições.

2.13.8 Será desclassificada a proposta técnica que:

- a) não atenda às exigências deste Caderno de Bases e Condições e seus anexos;
- b) não alcance, no total, pontuação mínima de **80 pontos na soma dos Quesitos** (indicados por algarismos romanos);
- c) obtiver nota zero em qualquer dos Quesitos (indicados por algarismos romanos);
- d) apresentar peças em quantidade superior ao limite estabelecido no Anexo III - Requisitos para Elaboração da Proposta Técnica, e especificamente sobre os itens VI-Repertório, VII-Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação.

2.13.9 Se todas as propostas técnicas forem desclassificadas, é facultado à ITAIPU solicitar a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas que implicaram desclassificação. O prazo para a apresentação das novas propostas, atendidos os requisitos exigidos em 2.5.1, é de 8 (oito) dias úteis contados da data da solicitação.

2.14 COMUNICAÇÃO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

2.14.1 A comunicação do resultado do julgamento das propostas técnicas será realizada por ITAIPU conforme estabelecido no subitem 1.6 deste CBC, oportunidade em que será convocada sessão pública para abertura das propostas comerciais.

2.14.2 Com a divulgação do resultado das Propostas Técnicas, inicia-se imediatamente a fase de julgamento das Propostas Comerciais, somente após a qual dar-se-á oportunidade recursal a todas as proponentes.

2.12.4 O recurso administrativo contra o julgamento da Proposta Técnica somente poderá ser oferecido depois de concluída a fase de julgamento das propostas comerciais.

2.15 ABERTURA DA PROPOSTA COMERCIAL

2.15.1 Na sessão pública de abertura das propostas comerciais a Comissão de Recepção da ITAIPU abrirá os invólucros "C" das proponentes declaradas classificadas tecnicamente, sendo uma das vias rubricada por todos, consignando-se esta formalidade em ata.

2.15.2 A inobservância por parte da proponente do disposto em 2.7.1, alínea "b", no que concerne a rubricas e numeração sequencial dos documentos da proposta comercial poderá ser suprida pela proponente nessa sessão, fazendo-se o registro da ocorrência na ata correspondente.

2.15.3 Uma das vias da documentação que compõe a proposta comercial será guardada em invólucro fechado e rubricado pelos representantes citados, ficando arquivada na Superintendência de Compras, consignando-se esta formalidade em ata.

2.15.4 A Comissão de Recepção da ITAIPU entregará uma das vias abertas da "Proposta Comercial" à Comissão de Licitação e Negociação Permanente.

2.15.5 A sessão pública será documentada em ata circunstanciada, assinada pelos representantes da ITAIPU e das proponentes presentes, na qual registrar-se-ão todas as ocorrências havidas.

2.16 JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

2.16.1 O julgamento e a classificação das propostas comerciais são de responsabilidade da Comissão de Licitação e Negociação Permanente (CLNP).

2.16.2 Serão levados em conta, como critério de julgamento de preço a atribuição de notas para cada um dos itens abaixo relacionados, que serão valorados da seguinte forma:

DESCONTOS / HONORÁRIOS / REPASSE	NOTAS (N)
ITEM 1 - Percentual de desconto sobre os custos internos previstos na tabela de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Paraná, sobre serviços realizados pela própria Contratada (referente aos serviços-objeto da licitação no subitem 2.2.2 do CBC e suas letras).	$N = 0,5 \times (\text{Desconto sobre Custos Internos})$
ITEM 2 - Percentual de honorários incidentes sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores, referentes à PRODUÇÃO E À EXECUÇÃO TÉCNICA de peça ou material, CRIADO PELA AGÊNCIA, e cuja distribuição LHE PROPORCIONE O DESCONTO-PADRÃO concedido pelos veículos, regulamentado pelo Decreto nº 4.563/2002 (referente aos serviços-objeto da licitação no subitem 2.2.3 - letra "a1" do CBC).	$N = 1,0 \times (15,0 - \text{Honorários})$
ITEM 3 - Percentual de honorários incidentes sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores, referentes à PRODUÇÃO E À EXECUÇÃO TÉCNICA de peça ou material FORNECIDO PELA ITAIPU à agência, e cuja distribuição LHE PROPORCIONE O DESCONTO-PADRÃO concedido pelos veículos, regulamentado pelo Decreto nº 4.563/2002 (referente aos	$N = 1,0 \times (15,0 - \text{Honorários})$

serviços-objeto da licitação no subitem 2.2.3, letra “b2” do CBC).	
ITEM 4 - Percentual de honorários incidentes sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores, referentes à produção e à execução técnica de peça ou material CRIADO PELA AGÊNCIA, e cuja veiculação NÃO LHE PROPORCIONE O DESCONTO-PADRÃO concedido pelos veículos, regulamentado pelo Decreto nº 4.563/2002 (referente aos serviços-objeto da licitação no subitem 2.2.3 - letra “c1” do CBC).	$N = 1,0 \times (10,0 - \text{Honorários})$ <p>Honorário mínimo: 5% (cinco por cento)</p>
ITEM 5 - Percentual de honorários incidentes sobre os preços de serviços especializados contratados ou pagos a fornecedores, referentes à produção e à execução técnica de <u>peça ou material fornecido pela ITAIPU à agência</u> , e cuja distribuição <u>NÃO LHE PROPORCIONE O DESCONTO-PADRÃO</u> concedido pelos veículos, regulamentado pelo Decreto nº 4.563/2002 (referente aos serviços-objeto da licitação no subitem 2.2.3 - letra “c2” do CBC).	$N = 1,0 \times (10,0 - \text{Honorários})$ <p>Honorário mínimo: 5% (cinco por cento)</p>
ITEM 6. Percentual de honorários incidentes sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores e referentes ao planejamento e execução de pesquisas e outros instrumentos de avaliação da opinião pública, bem como a contratação de renovação de direitos de autor, conexos e cachês, para reutilização de peça ou material publicitário, exclusivamente quando a sua distribuição/veiculação NÃO LHE PROPORCIONE O DESCONTO-PADRÃO concedido pelos veículos, regulamentado pelo Decreto nº 4.563/2002. (referente aos serviços-objeto da licitação no subitem 2.2.3 - letras “d” e “e” do CBC).	$N = 1,0 \times (15,0 - \text{Honorários})$ <p>Honorário mínimo: 5% (cinco por cento)</p>

Observações:

Item 1: pode ser integralmente eliminado/excluído/suprimido (100% de desconto) - cf. Normas-Padrão da Atividade Publicitária - CENP, 3.11.2, letra “b”.

Itens 2 e 3: os honorários de produção podem ser integralmente eliminados/excluídos/suprimidos quando se tratar de ações de comunicação que gerem veiculação - cf. Normas-Padrão da Atividade Publicitária - CENP, item 3.11.2, letra “c”.

Itens 4 e 5: nesses casos, e quando a responsabilidade da Agência limita-se exclusivamente à contratação ou pagamento do serviço ou suprimento, sobre o valor respectivo o anunciante pagará “honorários” de no mínimo 5% (cinco por cento) e no máximo 10% (dez por cento) - cf. conforme Normas-Padrão da Atividade Publicitária - CENP, item 3.11.2, letra “d”:

Item 6: para prestação de ambos os serviços especializados, referentes ao planejamento e execução de pesquisas e outros instrumentos de avaliação da opinião pública, bem como para negociação de direitos e renovações, quando não houver Desconto-Padrão de agência, observa-se a letra “d” do item 3.11.2 das Normas-Padrão da Atividade Publicitária -CENP.

Nos casos de veiculação que proporcione o Desconto-Padrão de Agência, a parcela negociável da remuneração da agência adotará como referência os parâmetros do SISTEMA PROGRESSIVO DE SERVIÇOS/BENEFÍCIOS instituído pelo subitem 6.4 das Normas-Padrão da Atividade Publicitária do CENP.

Os honorários serão calculados sobre o preço líquido, assim entendido o preço efetivamente faturado, dele excluído o valor dos impostos cujo recolhimento seja de competência da CONTRATADA.

Conforme item 2.8 das Normas-Padrão da Atividade Publicitária -CENP, é facultada a negociação entre Agência e Anunciante dos honorários sobre os serviços e suprimentos externos, desde que seja expressivo o investimento bruto anual a ser aplicado em publicidade pelo Anunciante através da Agência contratada, bem como que a verba de mídia seja pelo menos duas vezes maior do que a da produção.

2.16.3 Para efeito de cálculo das notas de cada proponente, os termos **desconto** e **honorários** serão substituídos nas fórmulas do subitem 2.16.2 pelas respectivas percentagens que constarem de sua Planilha de Preços Sujeitos a Valoração, sem o símbolo “%”. As notas serão calculadas com até duas casas decimais.

2.16.4 A nota de cada proposta comercial será obtida mediante a soma das notas dos Itens constantes do 2.16.2.

2.16.5 A proposta comercial que obtiver o maior somatório das notas será considerada como a de menor preço. Em caso de empate na pontuação, será considerada vencedora a proposta com a melhor soma nas pontuações referentes aos Itens 4, 5 e 6; persistindo o empate, subsequentemente, a melhor pontuação no item 4; a seguir, no item 5; e finalmente, no item 6.

2.16.6 Não se considerará nenhuma oferta de vantagem não prevista neste Caderno de Bases e Condições, nem preço (percentual de desconto ou honorários) ou vantagem baseada nas propostas comerciais das demais proponentes.

2.16.7 A ITAIPU desclassificará a proposta comercial:

- a) que não atenda as exigências deste Caderno de Bases e Condições; ou
- b) apresente desconto inferior a 30% (trinta por cento) sobre os preços previstos na tabela do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Paraná, a título de ressarcimento dos custos internos dos trabalhos realizados pela própria proponente; caso o desconto seja igual a 100%, será considerado de pontuação máxima.
- c) apresente percentual superior a 15% (quinze por cento) de honorários incidentes sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores, referentes à produção e à execução técnica de peça ou material criado pela agência, e cuja distribuição proporcione o desconto-padrão concedido pelos veículos; caso o percentual seja igual a 0 (zero), será considerado de pontuação máxima.
- d) apresente percentual superior a 15% (quinze por cento) de honorários incidentes sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores, referentes à produção e à execução técnica de peça ou material fornecido pela ITAIPU à agência, e cuja distribuição proporcione o desconto-padrão concedido pelos veículos.
- e) apresente percentual superior a 10% (dez por cento) OU inferior a 5% (cinco por cento) de honorários incidentes sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores, referentes à produção e à execução técnica de peça ou material criado pela agência, e cuja distribuição NÃO PROPORCIONE o desconto-padrão concedido pelos veículos.

f) apresente percentual superior a 10% (dez por cento) OU inferior a 5% (cinco por cento) de honorários incidentes sobre os preços de serviços especializados contratados ou pagos a fornecedores, referentes à produção e à execução técnica de peça ou material fornecido pela ITAIPU à agência, e cuja distribuição NÃO PROPORCIONE o desconto-padrão concedido pelos veículos.

g) apresente percentual superior a 15% (quinze por cento) OU inferior a 5% (cinco por cento) de honorários incidentes sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores e referentes ao planejamento e execução de pesquisas e outros instrumentos de avaliação da opinião pública, bem como à renovação do direito de autor e conexos e aos cachês, e na reutilização de peça ou material publicitário, exclusivamente quando a sua distribuição/veiculação não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

2.16.8 Se todas as propostas comerciais forem desclassificadas, é facultado à ITAIPU solicitar a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas que implicaram desclassificação. O prazo para a apresentação das novas propostas, atendidos os requisitos exigidos em 2.7.1, é de 8 (oito) dias úteis contados da data da solicitação.

2.17 RESULTADO FINAL DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL

2.17.1 Será considerada vencedora a proponente com a maior pontuação técnica e que concorde em praticar o menor preço entre as propostas classificadas, conforme critério do 2.16.5.

2.17.1.1 Na hipótese em que a proponente com a maior pontuação técnica não tiver apresentado a proposta de menor preço, com ela abrir-se-á negociação tomando-se por base sempre a proposta de menor preço.

2.17.1.2 No caso de impasse na negociação de que trata o 2.17.1.1, procedimento idêntico será adotado, sucessivamente, com as demais proponentes, observada a ordem de classificação técnica, até a consecução de acordo para a indicação da proposta vencedora.

2.17.1.3 O procedimento de negociação será conduzido pela Comissão de Licitação e Negociação Permanente (CLNP).

2.17.3 Concluído julgamento das propostas técnica e comercial, Comissão de Licitação e Negociação Permanente (CLNP) por meio da Superintendência de Compras comunicará o resultado da fase de julgamento e classificação das propostas a todas as proponentes, conforme estabelecido no subitem 1.6 deste Caderno de Bases e Condições.

2.17.4 Com a divulgação do resultado final da licitação e não havendo recursos administrativos, ou em havendo, após seu processamento conforme disposto em 2.18, o processo seguirá para homologação da autoridade competente de ITAIPU.

2.18 RECURSO ADMINISTRATIVO

2.18.1 Das decisões proferidas nesta licitação poderão ser interpostos recursos em única instância, contra:

a) a habilitação ou inabilitação;

b) a classificação ou desclassificação de propostas técnicas (não identificadas - B1 - e identificadas - B2);

c) a classificação ou desclassificação de propostas comerciais, bem como a declaração do vencedor da licitação;

d) a revogação ou anulação da licitação.

2.18.1.1 O recurso administrativo interposto conforme alíneas “a”, “b” e “c” do 2.18.1 terá efeito suspensivo.

2.18.1.2 Os interessados terão direito de vista ao processo licitatório, bastando, para tanto, requerer no endereço indicado no Calendário de Eventos, Anexo I.

2.18.1.3 Nenhum prazo correrá sem que o processo esteja com vista franqueada.

2.18.2 O recurso deverá ser protocolado na Superintendência de Compras, no endereço estabelecido no Calendário de Eventos, Anexo I.

2.18.3 Interposto o recurso, dar-se-á conhecimento de seus termos às demais proponentes, que poderão oferecer contrarrazões no prazo e horário previstos no Calendário de Eventos, Anexo I.

2.18.4 Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

2.18.4.1 Os prazos aqui referidos só iniciam e vencem nos dias úteis para a ITAIPU, no lugar de entrega das propostas.

2.18.5 A ITAIPU comunicará, a todas as proponentes, o resultado do julgamento do recurso administrativo interposto.

2.19 ASSINATURA DO CONTRATO

2.19.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, a ITAIPU poderá convocar a proponente vencedora para a assinatura do instrumento contratual, concedendo o prazo de até 10 (dez) dias corridos, prorrogável por igual período a pedido da interessada, desde que exista motivo justificado e aceito pela ITAIPU.

2.19.2 A não manifestação da proponente no prazo indicado por ITAIPU, para a assinatura do instrumento contratual, motivará a aplicação das penalidades previstas para o caso.

2.19.3 Caso a proponente vencedora se recuse a assinar o instrumento contratual, poderá ser convocada uma nova sessão pública para abertura dos documentos de habilitação, atendendo a última ordem de classificação das propostas comerciais, com possibilidade de negociação de preços.

2.19.4 O instrumento contratual poderá ser assinado em forma física ou eletrônica, a critério da ITAIPU.

2.19.4.1 Para a assinatura de documentos em forma eletrônica com foro no Brasil, a proponente vencedora deverá usar certificado digital, e-CPF ou e-CNPJ, emitido em conformidade com a Medida Provisória 2.200/2001, sendo obrigatório ao titular do certificado

digital fazer prova de que é representante legal da proponente e que possui poderes bastantes para a formalização do instrumento contratual.

2.19.4.2 A proponente, desde já, concorda e reputa válida a utilização, pela ITAIPU, de certificado digital não emitido pela ICP-Brasil, nos termos do §2º do art. 10 da Medida Provisória 2.200-2/2001.

2.20 DEVOLUÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL

2.20.1 Os invólucros "B2" e "C" da proponente declarada inabilitada serão devolvidos, ainda indevassados, diretamente à proponente ou, na sua ausência, pelo correio.

2.20.2 Como especificado no item 2.14.2 deste CBC, o invólucro "C" da proponente desclassificada tecnicamente não será devolvido por ter sido aberto com os das demais proponentes, em sessão pública.

CAPÍTULO III ANEXOS

Integram este Caderno de Bases e Condições:

- ANEXO I Calendário de Eventos
- ANEXO II Documentação para a Habilitação
- ANEXO III Requisitos para Elaboração da Proposta Técnica
- ANEXO IV Especificações Técnicas
- ANEXO V Planilha de Preços Sujeitos à Valoração
- ANEXO VI *Briefing*
- ANEXO VII Minuta de Contrato
- ANEXO VIII Diretrizes para a Segurança e Saúde no Trabalho
- ANEXO IX Calendário de Feriados

OBSERVAÇÃO: Os Anexos VIII e IX estão disponíveis apenas no *site* <https://compras.itaipu.gov.br>, opção "Normas e instruções".

APROVAÇÃO:

Daniele Tassi Simioni Gemael Superintendente de Compras	Samuel Valiente Claverol Superintendente Adjunto de Compras
---	---